

Pedro Ivo Dias Tanagino*

pidtanagino@gmail.com

Resumo:

A eleição do atual presidente do Brasil em 2018, Jair Messias Bolsonaro, representa uma tendência internacional, vivida na última década, de ascensão de governos conservadores e autoritários de direita. Desde sua campanha à eleição presidencial, Bolsonaro e o bolsonarismo têm apresentado como base de sua performance midiática e espetacular o militarismo e a religiosidade evangélica pentecostal. Estes elementos essenciais do bolsonarismo traduzem em forma de representação social do político suas predisposições a utilização do instituto do estado de exceção, cujo consenso se constrói a partir de narrativas que articulam os mitos políticos do conspiracionismo e do salvacionismo de fundo cristão e anticomunista, que revisita a tradição de culturas políticas de direita do período da Ditadura Militar (1964-1985) com adição de novos motivos neoliberais. Este capítulo analisa, a partir desta fala, a performance e as ações do Governo Bolsonaro e do bolsonarismo durante a Pandemia do Covid-19. Nossa abordagem articula as teorias e métodos de Raoul Girardet e Ernst Cassirer à teoria dos atos de fala da escola collingwoodiana.

Palavras-chave:

Pandemia Covid-19. Mito Político. Bolsonaro.

Abstract:

The election of the current president of Brazil in 2018, Jair Messias Bolsonaro, represents an international trend, experienced in the last decade, of the rise of right-wing conservative and authoritarian governments. From his campaign to the presidential election, Bolsonaro and the bolsonarism have presented militarism and Pentecostal Evangelical religiosity as the basis of their spectacular media performance. These essential elements of bolsonarism translate into a form of social representation of the political of his predisposition to use the institute of the state of exception, whose consensus is built from narratives that articulate the political myths of conspiracy and salvationism with a Christian and anti-communist background, which here revisits the tradition of right-wing political cultures from the period of the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), with the addition of new neoliberal motifs. This chapter analyzes, based on this speech, the performance and actions of the Bolsonaro Government and of bolsonarism during the Covid-19 Pandemic. Our approach articulates the theories and methods of Raoul Girardet and Ernst Cassirer to the speech act theory of the Collingwoodian school.

Keywords:

Covid-19 Pandemic. Political Myth. Bolsonaro

Introdução

As imagens do mito devem ser os guardas demoníacos, invisíveis e onipresentes, propícios ao desenvolvimento da alma adolescente e cujos sinais anunciam e explicam ao homem sua vida e suas lutas; e o próprio Estado não conhece leis não escritas mais poderosas que o fundamento mítico que atesta sua ligação com a religião e suas origens no mito.

NIETZSCHE, *O nascimento da tragédia*

A campanha eleitoral de 2018 e os anos de governo do presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro (Campinas-SP, 1955 -), eleito pelo PSL (Partido Social Liberal), agora no PL (Partido Liberal), foram marcados, especialmente na imprensa, pelo crescimento de discursos revisionistas, negacionistas e pelo terrorismo de extrema-direita, como no atentado à produtora Porta dos Fundos, em dezembro de 2019 (O GLOBO, 2019). Durante a Pandemia do Covid-19, que explodiu no Brasil a partir de março de 2020, o Governo Bolsonaro e o bolsonarismo têm revelado sua face mais socialmente irresponsável e perigosa. Após pouco mais de um mês de pandemia e a soma de mais de 5 mil mortos, o presidente foi questionado pela imprensa sobre as ações encetadas pelo Governo Federal para conter a crise e respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre" (CHAIB; CARVALHO, 2020).

O messianismo não é uma novidade na linguagem do bolsonarismo, e tem uma longa trajetória na história política brasileira. Por isso, essa afirmação não foi nada fortuita, nem em seu contexto mais imediato, nem à luz da análise de uma das tradições mais arraigadas nas culturas políticas brasileiras: o messianismo político e suas mitologias (Cf.: HOLANDA, 1979, LENHARO, 1986, CHAUI, 2000, DOBRORUKA, 2004).

O eleitorado e a base social do bolsonarismo cunharam, anos antes das eleições de 2018, a alcunha de “o mito” (SANTOS, M., 2017) para o político. A razão da alcunha abre algumas das discussões mais importantes para compreendermos a ascensão de Bolsonaro no Brasil, e das extremas-direitas no mundo nesta última década. Desde o início da década de 2010 o nome de Bolsonaro se tornou mais conhecido e divulgado na grande mídia do país e na internet, com a exploração espetacular de sua fala grotesca, atípica naquele momento pelo nível de violência, especialmente contra minorias e contra tradições políticas de oposição à Ditadura Militar (1964-1985), da qual se armou o defensor mais célebre na última década. Sua postura era a de alguém “politicamente incorreto” e também um “outsider”, que viria da periferia de uma vida parlamentar de 28 anos como deputado federal para enfrentar o “*establishment*” e combater a corrupção da política, assim chamada, “tradicional”. Afinal, a política assim chamada “tradicional” vem sofrendo há décadas um processo de descrédito que criou um cenário de “Sodoma e Gomorra”, quando confrontado pelas expectativas conservadoras. (STANLEY, 2018, p. 139).

Esse tema sempre presente e de grande força na história política brasileira, a “corrupção”, que podemos chamar, como Fábio Wanderley Reis (2012, p. 328), de “uma face especial do problema geral da política democrática”, de fato, tem sido um conceito alçado de tempos em tempos nas piores crises políticas da história brasileira como um mal moral que exige a mobilização de um cruzadismo moralizador que não

tem nada a ver com os limites e desafios institucionais sobre os quais verdadeiramente assenta o problema da corrupção no Brasil. A onda de moralismo que este tema causa no Brasil, no entanto, é da mais alta importância, do ponto de vista histórico.

No tempo presente, o “lavajatismo”, isto é, o nome que se dá a um conjunto de sentimentos e opiniões mais ou menos difusos e nublados sobre o desenrolar da Operação Lava-Jato, iniciada pela Polícia Federal em março de 2014, é a corrente que inflamou mais uma vez o moralismo anticorrupção no Brasil. Hoje, a credibilidade da operação, enquanto teve como personagem central o juiz Sérgio Moro (Maringá, 1972 -). As investigações contra o partido que estava então no Governo Federal, o Partido dos Trabalhadores (PT), geraram uma grande onda de um sentimento anticorrupção, que foi paulatinamente amalgamado a um sentimento também antipetista. Período em que se formularam expressões usadas pelas direitas, como “Vai pra Cuba” e “Minha bandeira jamais será vermelha” (MOTTA, 2018, p. 436).

Bolsonaro se celebrizou na última década, principalmente, ao movimentar de forma cada vez mais sistemática e capilar, com a internet e a televisão, os pânicos de identidade e morais, impulsionados pela própria destruição causada pelos próprios processos de globalização dos campos econômicos em sua forma de imposição neoliberal, que gera uma busca obsessiva pelas raízes dessas comunidades que se acham arrasadas culturalmente por forças pouco compreendidas, o que leva a “formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais” como diz Michael Löwy (2015, p. 657). O apelo à vitimização do campo conservador o coloca em uma posição de julgar a conquista de direitos dos grupos historicamente marginalizados como uma ameaça ao status quo e à tradição de uma dada comunidade (STANLEY, 2018, p. 97).

Há que se concordar com Cesarino (2019, p. 531), quando a pesquisadora afirma que a confusão comum nas falas do presidente da República ao associar conflitos relativos à redistribuição de renda e conflitos do campo do reconhecimento identitário é um sintoma evidente da profunda reorganização do campo político-identitário pela qual o Brasil passa, diante dos dilemas que a digitalização cada vez maior da política nos impõe hoje. O impacto das redes sociais e seus logaritmos para a política, hoje, é incontornável. É nesse contexto em que a política fascista, atualmente, busca erodir o discurso público criando descrédito e desvalorização da educação, das especializações e da linguagem, processo a que comumente se denomina anti-intelectualismo (STANLEY, 2018, p. 48).

Em um famoso discurso de rua pronunciado aos seus apoiadores em sua pré-campanha eleitoral em fevereiro de 2017, na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, Bolsonaro deixa claro esse princípio de “negação do outro” no bolsonarismo. Ao fundo do vídeo, ouve-se a multidão que gritava “mito!”:

Como somos um país cristão, Deus acima de tudo! Não tem essa história... essa historinha de Estado laico, não. É Estado cristão! E as minorias que for contra que se mude. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias tem que se curvar às majorias. A lei deve existir pra defender as majorias. As minorias se adequam, ou simplesmente desapareçam. (BOLSONARO, 2017).

Com o lema de campanha, que se tornou o slogan de seu governo, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e assumindo o papel de principal representante político do conservadorismo evangélico no país, Bolsonaro foi oportunista e soube aproveitar a ascensão do conservadorismo e da direita, que se dá no país nas últimas décadas. Enquanto deputado federal, candidato à presidência e, posteriormente, como presidente da República, Bolsonaro definiu uma retórica que alia anticomunismo e antipetismo como atitude de defesa dos valores cristãos no país. Uma das frases de campanha mais famosas de Bolsonaro em 2018 foi “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre!”, em referência aos militantes e políticos do PT (RIBEIRO, 2018).

Nesta retórica, defende a pauta moralista no campo da cultura, a agenda punitivista para a segurança pública e antipluralismo político, associado quase sempre à uma ideia de conspiração globalista e multiculturalista mundial orquestrada, das sombras, pelas esquerdas no mundo. Nessa estratégia de causar comoção e ansiedade coletivas no campo conservador, fez uso sistemático das fake news e dos pânico sexuais e morais, em nome de um ideal vago de restauração da lei e da ordem. Se o demagogo é considerado o “pai da nação”, então, segundo Stanley, qualquer ameaça à masculinidade patriarcal e aos modelos de “família tradicional” enfraqueceria a visão fascista de “força”, que se conservaria através de um clima de “ansiedade sexual” constante em ambientes tensionados pelo conservadorismo. (STANLEY, 2018, p. 127). O tema da “lei e ordem” é outro ponto que, para Stanley (2018, p. 111), caracteriza a ascensão da política fascista, por constituir uma retórica que tem por princípio dividir os cidadãos em duas classes: aqueles que pertenceriam à “nação escolhida”, e que vivem uma vida segundo leis justas, e aqueles que não pertencem à “nação escolhida”, e, portanto, vivem na iniquidade de leis e valores injustos. Pastores e parlamentares evangélicos que apoiaram ou ainda apoiam Bolsonaro, recorrem ao mesmo repertório discursivo utilizado pelo bolsonarismo, e acabam funcionando como correia de transmissão do ideário do presidente (MARIANO; GERARDI, 2020, p. 330).

As relações entre movimentos evangélicos pentecostais e a eleição de candidatos que representam os setores da direita radical, como Bolsonaro, tomaram maior proporção sobretudo após a onda de uma atitude negacionista diante da gravidade da pandemia do Covid-19, entre 2020 e 2021. Negação que se armou contra o que diz a ciência, órgãos técnicos, imprensa, OMS (Organização Mundial de Saúde), etc. De modo que o presidente e seus apoiadores se colocaram abertamente contra as medidas sanitárias adotadas na quarentena em quase todo mundo sugeridas por órgãos internacionais.

Segundo Jaramillo (2020), a crise sanitária, econômica e social imposta pela pandemia do Covid-19 não possui precedentes. Se apresenta, de fato, como a maior crise social do século XXI, até o momento. Essa gravidade tem origens que vão para além do perigo da doença. O Covid-19 deixou de ser apenas uma

pandemia, e acabou configurando-se como uma sindemia, como o têm expressado muitas organizações sociais, políticas e de saúde pública. Por definição, sindemias são caracterizadas “pela interação entre duas ou mais doenças de natureza epidêmica com efeitos ampliados sobre o nível de saúde das populações” (BISPO JÚNIOR; SANTOS, 2021, p. 2).

Uma sindemia se caracteriza, portanto, por se desenvolver sob um cenário de descaso sanitário, que se potencializa pela pobreza, o estresse ou a violência estrutural sobre populações marginalizadas. Ou seja, suas raízes não estão somente na doença, mas sim em condições de vida precárias e, normalmente, tal precariedade é estrutural e politicamente induzida. Portanto, as causas da expansão, impacto social e gravidade do Covid-19 e suas novas cepas estão diretamente associadas ao comportamento humano diante dela, através das estruturas sociais e das decisões políticas sobre os modos de enfrentamento à doença e a proteção ou não das populações mais vulneráveis. Até dezembro de 2021, o Brasil teve 618.457 mortes e 22.231.908 casos de infecção pelo Covid-19.

O bolsonarismo e suas mitologias políticas conservadoras: uma questão de episteme e história

O bolsonarismo é um movimento que reúne as culturas políticas e ideologias mais diversas do campo das direitas no Brasil. Ele reúne conservadores, conservadores radicais, reacionários, nacionalistas, liberais, neofascistas, para mencionar os mais evidentes. O termo “bolsonarismo” não pode ser tomado como sinônimo exclusivo de nenhuma dessas culturas políticas isoladamente. De acordo com Vianna (2000, p. 96-98), o conceito de conservadorismo foi criado na primeira metade do século XIX para indicar uma postura militante de uma reação ao mesmo tempo clerical e política contra o legado da Revolução Francesa e do Iluminismo do século XVIII.

A “História”, a “Cultura” e a “Tradição” são entendidas pelo pensamento conservador como um processo orgânico de evolução e enraizamento, representado pela imagem da *Árvore da Tradição* (com raízes profundas no substrato do “passado”, mas com galhos que se estendem sempre para o alto, o futuro), em oposição ao universalismo progressista. O conservadorismo radical, por sua vez, enfatiza os sentimentos e a intuição, sendo extremamente anti-intelectual, “valoriza o mito como forma de saber e, diferentemente do conservadorismo, torna-se uma potencial ideologia para a mobilização política dos marginalizados” (VIANNA, 2000, p. 98). Desse modo, o conservadorismo radical combina elementos variados e até mesmo contraditórios, representando, ao mesmo tempo, uma reação antiburguesa, antiglobalização, antiliberal, e uma crítica à uma suposta homogeneização da cultura. O conservadorismo radical, assim como o conservadorismo mais tradicional e moderado, valoriza e se apropria do progresso material gerado pelo saber científico e técnico, mas apenas o aceita mediante seu enquadramento a determinadas exigências morais e à agenda conservadora.

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, p. 16-17) apresenta uma revisão do conceito de conservadorismo que se tornou dominante a partir da obra de Karl Mannheim, qual seja, o conservadorismo enquanto ideologia reativa, antirracionalista e de Antigo Regime. Como contraponto, o historiador apresenta um conceito de conservadorismo que o traduz como uma das muitas vias que levam à formação da modernidade. Segundo o historiador, o conservadorismo não seria uma mera reação feudal, antiburguesa, à Revolução Francesa, por que, sendo fruto do mundo burguês que se consolida após a revolução, o conservadorismo não expressa apenas um desejo de retorno ao passado, mas, principalmente, aponta para a forma como desejariam dirigir o progresso científico, tecnológico, etc., ao futuro.

Em segundo lugar, ao falarmos em conservadorismo evangélico como base social e destinatário privilegiado no discurso de Bolsonaro, precisa-se frisar que o conceito de evangélico tem seu significado em constante transformação ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. No Brasil, o termo evangélico teria expressado originalmente uma intenção não-denominacionista, uma autodesignação de grupo que trazia em si três séculos de fé protestante vivida fora do país. Desde meados dos anos 1980, com o estabelecimento da hegemonia do evangelismo pentecostal, o termo “evangélicos” tem sofrido uma profunda transformação, tanto de seu conteúdo semântico quanto, sociologicamente, de sua composição social (BURITY, 2020, p. 197).

O que hoje se chama “mito” e “mitologia” trata-se, na verdade, não necessariamente de uma mentira ou ilusão. Longe disso, nos referimos à um resíduo importante do processo de desenvolvimento da linguagem humana, e que vem de uma fase muito mais geral do desenvolvimento dos modos de pensar humano. Os mitos e mitologias contemporâneos são apenas um eco do paradigma mítico que há séculos atrás estabelecia a própria natureza e estrutura do pensamento e da linguagem humanos (CASSIRER, 1922, p. 104). Por isso, propõe-se aqui uma abordagem do mito político moderno que enfoque seu funcionamento e significados a partir do próprio objeto de análise. Desse modo, o mito, a arte, a linguagem e a ciência são encarados como formas simbólicas especiais, e não como imitações da realidade. São elementos que compõem a própria realidade social, uma vez que é somente através destas formas simbólicas que a realidade pode tornar-se objeto de apreensão intelectual para nós (CASSIRER, 1992, p. 22).

O *mythos* e o *logos* estão em franco conflito desde a Grécia Antiga, e apesar do paradigma racionalista ter ganhado preeminência na modernidade, isso não significa de modo algum a sua vitória completa sobre o paradigma mítico-religioso. Ao contrário do paradigma racionalista consagrado pelo Iluminismo e a ciência moderna, o paradigma mítico-religioso seria um tipo de concepção mental que é contrária ao pensar teórico e discursivo. Pois, se o racionalismo analítico se ancora na expansão, na concatenação e na conexão sistemática dos dados investigados, as formas mítico-religiosas de leitura da realidade, pelo contrário, impõem à condensação, à concentração e à caracterização isolada dos dados (CASSIRER, 1992, p. 73).

As informações da realidade devem, neste caso, ser lidas pela fé ou convicção, e nunca pela crítica, em seu sentido kantiano de “delimitação de limites”, a partir da etimologia grega do verbo *krinein* (que significa

“separar”, “distinguir”, “delimitar”), do qual derivam também os termos “critério” e “crise”, seguindo a tradição do confronto entre razão e revelação, que determinou a primeira metade do século XVIII, e parece ter deitado raízes na política moderna (KOSELLECK, 1999, p. 95). O que se coloca hoje para nós, na assim chamada “era da pós-verdade”, não se trata de uma batalha entre liberais e conservadores, ou entre esquerdas e direitas apenas, “É uma batalha entre duas maneiras de perceber o mundo, duas abordagens fundamentalmente distintas em relação à realidade” (D’ANCONA, 2018, p. 17), batalha apresentada de uma forma dicotomicamente tão forte que sua força centrípeta na politização crescente que o Brasil não deixa muitas alternativas e nem perdoa “isentos”, isto é, quem não queira tomar parte na visão bipolar da sociedade.

A apreciação analítica, isto é, dos elementos isolados da narrativa mítica, não fazem emergir verdadeiros significados para esse tipo de destinatário do discurso político mítico-religioso, que só pode ser envolvido pela recepção de conteúdos inteiros. Portanto, pode-se dizer como Ernst Cassirer que, “A consciência não se coloca, aqui, em atitude de livre reflexão diante do conteúdo, a fim de elucidá-lo” (CASSIRER, 1992, p. 74-75). Essa visão de mundo (*weltanschauung*) seria contrária a um ideal de exigência mais qualitativa da democracia, que requisitaria uma noção de maior autonomia do cidadão, entendida como maior capacidade de reflexividade e distanciamento necessários para se compreender as diferenças culturais e particularidades que precisam ser toleradas e superadas em uma vivência democrática (REIS, 2012, p. 328-329), como ficou ressaltado no trecho do discurso de Bolsonaro (2017) acima exposto, sobre Estado laico e minorias.

Os mitos políticos modernos são elaborados de forma metódica e objetiva, ao contrário das livres manifestações dos mitos e lendas populares que povoam o imaginário e a cultura. São antes “coisas artificiais fabricadas por artesão hábeis e matreiros” (GIRARDET, 1987, p. 327). No caso do bolsonarismo, existem duas grandes referências destes tipos de “artesão hábeis e matreiros”, o “guru” intelectual do bolsonarismo e de grande parte do conservadorismo brasileiro hoje, o escritor Olavo de Carvalho (FOLHAPRESS, 2021), ao lado do marketeiro político Steve Bannon, que também trabalhou na campanha de Donald Trump nos Estados Unidos (PIRES, 2020) e do pastor Silas Malafaia, da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (CARTA CAPITAL, 2021). O sucesso de Bolsonaro e do bolsonarismo se deve em grande medida a estes dois personagens. Dentre as mitologias políticas modernas, o autor ressaltou a recorrência de quatro grupos principais: os mitos da “conspiração”, do “salvador”, da “idade de ouro” e da “unidade”. Neste trabalho, nos atemos aos dois primeiros grupos, com a finalidade de compreendermos uma das dimensões da tragédia que se tornou a pandemia do Covid-19 no Brasil.

Atualmente, essa estratégia se vale, de forma determinante, da gradativa erosão que tem sofrido a confiança da sociedade em fontes tradicionais de autoridade e informação, como a imprensa e na ciência. Essa crise de confiança é a base social da “era da pós-verdade”, em que qualquer fake news ou meme de internet parece adquirir um poder muito maior a qualquer saber acadêmico, escrutínio especializado ou

notícia fruto de investigação metódica. A noção de ciência como conspiração deixou de ser restrita a círculos subterrâneos para se tornar um grande filão da comunicação social e do marketing político (D'ANCONA, 2018, p. 15, p. 41-42).

A crise da imprensa, pelo menos no Brasil, entendida em seu contexto de produção capitalista, foi objeto de um importante alarme de Nelson Werneck Sodré há mais de três décadas, que via como urgente que o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção desse setor levasse urgentemente à sua democratização, caminho oposto ao que se seguiu (SODRÉ, 1983, p. 392). De acordo com o levantamento permanente da agência de checagem Aos Fatos, em 1085 dias como presidente, Bolsonaro deu 4687 declarações falsas ou distorcidas (AOS FATOS, 2021). No discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) de 2021, em Nova York, Bolsonaro contou cinco mentiras e distorceu sete fatos diante do mundo inteiro (ARREGUY, 2021). É nesse sentido que Stanley (2018, p. 66) diz que a política fascista procura substituir o debate fundamentado pelo medo e a raiva da “irrealidade”.

O apontamento de um inimigo comum da nação, aflita pelas duras consequências de crises que a maioria não compreende as causas, concede a personificação do mal, sua exposição à luz e a mobilização das “pessoas de bem” contra o mal que ameaça a sociedade como eles a desejam. No bolsonarismo, os pilares da moralização da sociedade são o cristianismo patriarcal e o militarismo. Suas principais abordagens seriam a mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiracionistas; um “espelho invertido do inimigo”, com devolução de acusações; e o estabelecimento de um canal direto e exclusivo de comunicação entre liderança e seu público através da deslegitimação dos meios convencionais de produção de conhecimento, especialmente a academia e a imprensa profissional (CESARINO, 2019, p. 533). Por isso, o papel da “propaganda” se faz importante para os fascismos, uma vez que é fundamental ocultar os objetivos mais problemáticos quanto à pauta socioeconômica e política, mascarando-as de ideais universais da nação (STANLEY, 2018, p. 37).

Um dos elementos que tornam os mitos conspiratórios fortes na arena política é o fato de que eles, normalmente, não são elaborados como meras fábulas. É fundamental em sua construção a adição de elementos reais, que possam ser facilmente checados e comprovados. Esse elemento tem a finalidade de garantir um limite à dúvida. Fomentar a dúvida à realidade, não ao mito, apostando no sentimento popularmente difundido de que “onde há fumaça, há fogo”. (GIRARDET, 1987, p. 52).

São abundantes na história os exemplos de conceitos, especialmente aqueles que identificam coletividades (nação, igreja, partido, etc), que são usados de um modo em que o reconhecimento mútuo da existência de um grupo pelo outro fica excluída em sua semântica histórico-política. Assim como acontece no nosso cotidiano, também a linguagem política se baseia nessa figura fundamental dos conceitos antitéticos assimétricos. (KOSELLECK, 2006, p. 193). A linguagem política do bolsonarismo se ancora em antíteses assimétricas como direita/esquerda, cidadão de bem/vagabundo, patriota/comunista, cristão/ideologia de gênero, hétero/LGBTQUIA+, para mencionar os principais. Os direitos civis e políticos,

e os direitos básicos, como a vida e a liberdade, dos grupos que consideram ser seus antípodas, ou antes, nêmesis, são abertamente questionados.

Segundo Girardet (1987), esse tipo de identificação grupal formada a partir da figura do “outro”, foi a principal estratégia de mobilização adotada por grupos organizados para a ação política, nos quais esteve presente a temática da conspiração, que tem sido crucial nos principais conflitos políticos vividos no Ocidente nos últimos 200 anos. Os mitos conspiracionistas, historicamente, ganham força em momentos de crise, seja econômica, política, etc., que se tornam terreno para atmosferas de ameaça e medo coletivo. A mitologia da conspiração tende a emergir como a projeção em negativo das aspirações e angústias tácitas das populações e grupos que se sentem ameaçados. Ou seja, esse tipo de mito político surge como a expressão de desejos mais ou menos conscientes dos destinatários suscetíveis a este tipo de narrativa.

O valor político da oposição entre conceitos antitéticos assimétricos se comprova neste exemplo, ao expor o processo de formação identitária de grupos sociais, quando assumem o enquadramento conceitual daquilo que o indivíduo deve ser, a partir da classificação daquilo que ele não deve ser, ideia que está representada no conceito utilizado para designar seus adversários políticos, seus antípodas na sociedade, na cultura, etc. No mito conspiratório, podemos entender que “A ordem que o outro é acusado de querer instaurar não pode ser considerada como o equivalente antitético daquela que deseja por si próprio estabelecer? O poder que se atribui ao inimigo não é da mesma natureza daquele que sonha possuir?” (GIRARDET, 1987, p. 62).

A função que o discurso de ódio contra minorias ocupa na campanha ideológica de partidos nacionalistas da extrema-direita praticamente não tem nada a ver com os as minorias que são o objeto do ódio em si. O mais importante nesse tipo de discurso é o efeito gerado pelo terror, difundido diariamente na imprensa, com o mito político da conspiração. Conspiracionismo que, ao lado do terror, compõe parte importante das culturas políticas e ideologias fascistas, transformam o terror em legalidade, toda a vez que é possível justificar suas atitudes a partir da noção de que nada poderia resistir ao movimento de uma força sobre-humana, como a Natureza ou a História: “O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie”. (ARENDET, 2012, p. 73, p. 618).

A articulação do conspiracionismo ao mito do salvador na pandemia do Covid-19

No início do período da Quaresma de 2020, no princípio do mês de abril, pouco mais de um mês depois de explodir a crise do Covid-19, uma ampla gama de lideranças evangélicas, ao lado do presidente Bolsonaro, fizera o que ficou conhecido como chamado ao “Jejum Nacional”, em clamor a Deus contra o Covid-19 (OGLOBO, 2020). O chamado teve grande repercussão nacional, e envolveu em uma mesma ação

evangélicos das mais diferentes denominações em todo o país, em torno da esperança de que o Jejum traria o fim da pandemia.

Em 19 de maio de 2020, quando tomava monta a polêmica desencadeada pelo presidente da República sobre o seu descrédito às recomendações da ciência, como o distanciamento social, lockdown, uso de máscaras e vacinação em massa, e a postura do presidente em recomendar o que ficou conhecido como “tratamento precoce”, baseado em medicamentos sem eficácia comprovada para o combate ao Covid-19, Bolsonaro deu uma declaração em que disse que quem fosse direita deveria tomar cloroquina (um dos desses medicamentos sem comprovação que ele indicava o uso), e quem fosse de esquerda, deveria tomar tubaína, refrigerante popular em diversas regiões do Brasil (SENA JÚNIOR, 2020). Subentendido ficou que aqueles que fossem de direita poderiam ser salvos se confiassem no presidente, e aqueles que fossem de esquerda deveriam ser lançados à própria sorte na pandemia.

Esse seria o demonstrativo de um traço característico da política fascista, que em tempos de crise ou necessidade, impõe que o Estado reserve maior apoio aos membros do “nós”, do grupo de “escolhidos”, em detrimento do “eles”, os rivais políticos (STANLEY, 2018, p. 153). As justificativas públicas para a marginalização do grupo rival normalmente revisitam antigos preconceitos como o de eles são “preguiçosos”, não possuem ética do trabalho, não são confiáveis no serviço público e normalmente são criminosos. Somente a força bruta e os trabalhos forçados de uma disciplina fascista seriam capazes de “regenerar” esses cidadãos que nunca tiveram cidadania plena. Seria este o significado do dístico cravado no alto dos portões dos campos de concentração nazistas: “*Arbeitsmacht frei*”, isto é, o trabalho forçado seria a via de redenção e libertação dos marginalizados e miseráveis do sistema, através dessa forma de dominação e disciplina final imposta pelas classes dominantes

Em 10 de novembro de 2020, quando o Brasil já contabilizava 162,6 mil mortos e 5,67 milhões de infectados pelo Covid-19, Jair Bolsonaro fez uma de suas declarações mais polêmicas sobre a pandemia.

Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar. Que geração é essa nossa?" [...].
Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio, pô. Lamento os mortos, lamento, mas todos nós vamos morrer um dia. Aqui, todo mundo vai morrer. [...].
Pessoal, temos que buscar mudanças, não teremos outra oportunidade. Vem a turminha falar 'queremos um centro', nem ódio pra lá nem ódio pra cá. Ódio é coisa de marica, pô. Meu tempo de bullying na escola era porrada (BOLSONARO Apud GOMES, 2020).

Nesta fala, o político deixa clara sua posição, mantida durante todo o período da pandemia, de insistir em contrariar as orientações da OMS, defendendo a abertura do comércio como estratégia para proteger a economia, e o ataque contra o uso de máscaras e a eficácia das vacinas. Imprime de forma veemente o código de valores do bolsonarismo, apelando à homofobia comum em sua base de apoiadores, chamando de “maricas” aqueles que temiam pela vida e se preocupavam com a sociedade diante de um perigo real e

iminente do novo vírus, demonstrando que sinal de coragem seria o desapego à vida, e a reboque, atacou a imprensa e os veículos de comunicação agredindo uma minoria, para desviar o foco da atenção da pandemia para o desprezo de seus eleitores para tudo que possa ser associado às pautas progressistas, à esquerda, etc. Jogou com o terror da crise econômica e ameaça de aumento do desemprego, culpando as medidas restritivas de quarentena, e afirmando a incapacidade de que o Estado brasileiro supostamente teria em providenciar planos emergenciais de auxílio às populações mais vulneráveis atingidas pelas restrições ao trabalho durante o período. Dessa forma, Bolsonaro dá a entender que, se fosse contrariada a sua vontade e sua direção da crise que o Covid-19 gerou no país, a sociedade brasileira pagaria um preço bem mais alto do que o sofrido diretamente pela doença. Essa seria uma das formas de reafirmação da “hierarquia” social defendida pelo bolsonarismo, onde as principais decisões da nação devem ouvir do chefe, como figura patriarcal, um dos pressupostos do fascismo (STANLEY, 2018, p. 84).

Uma reportagem da agência de notícias internacional *Deutsche Welle*, publicada no início da pandemia de Covid-19, afirmou os perigos relacionados ao processo de fusão cada vez maior do discurso religioso de pastores evangélicos e o discurso político de Bolsonaro durante a pandemia: “Muitos pastores apoiam discurso do presidente, que minimiza a pandemia de covid-19 e critica isolamento social”. (MILZ, 2020). De acordo com uma pesquisa realizada pelo Datafolha no início de 2021, durante a pandemia do Covid-19, os evangélicos apresentaram menor preocupação com a gravidade da doença e também menor confiança na vacina, configurando uma atitude que traz graves consequência ao grupo e à sociedade (BALLOUSSIER, 2021).

Os períodos de crise profunda, como o que se vive atualmente no Brasil, são alimentados pelas tensões causadas pela difusão desses mitos conspiratórios, que hoje se articulam ou retroalimentam-se com as fake news e memes, também é comumente explorado em sua representação como “tempo da espera” pelo “messias”, isto é, o “homem providencial” que deverá ser o espelho da nação, e responsável pela sua redenção. Esse é ponto de partida do mito do salvador. Apresentado como o anunciador de uma nova ordem, o salvador é um mito que tende a ganhar amplitude social, ao compor um imaginário em que se misturam ideias as mais diversas, e mesmo contraditórias (GIRARDET, 1987, p. 72-73).

Marilena Chauí (2000, p. 9) apresenta em uma importante análise do imaginário político autoritário brasileiro a relevância das narrativas tradicionalistas da “História Nacional”, cujo traço marcante seria o papel fundamental dos mitos políticos, especialmente do mito fundador da nação, baseado na noção de fusão das três raças (indígena, portuguesa e negra) sob uma só cultura religiosa, o cristianismo. O cerne desse mito de fundação nos revela indícios da relação entre religiosidade e filosofia política no Brasil contemporâneo, como uma forma de permanência na longa duração desse traço estrutural da experiência política no Brasil. Esse mito fundador se impõe como uma forma de criação de um vínculo interno com o passado como “origem” da nação, ou seja, com um passado que se pode conservar ou resgatar, em um processo que esvazia o “presente” de seu significado enquanto tal. Nesse sentido, a autora também entende o mito em um prisma

psicanalítico, enquanto impulso à repetição de um imaginário, essencial ao indivíduo para sua percepção do mundo real, ou seja, como elemento definidor de seu paradigma de visão de mundo.

De acordo com Marilena Chauí, os principais elementos constitutivos do mito fundador do Brasil têm suas origens no período da Conquista e nos primeiros séculos da colonização. Segundo a autora, entre estes elementos destacam-se, primeiro, o que a autora chamou de “elaboração mítica do símbolo do Oriente”, que nos remete ao mito do Jardim do Éden, às profecias de Isaías, assim como à ideia de “Idade de Ouro” e degradação da humanidade (CHAUÍ, 2000, p. 61). A política fascista invariavelmente afirma explicar sua gênese em um passado místico, daí a profusão de mitos e narrativas sobre um “antes melhor” (STANLEY, 2018, p. 19), que no caso brasileiro dos últimos tempos tem se apresentado através de um saudosismo da Ditadura Militar de 1964 como último momento da estabilidade conservadora, ante o “caos” que a redemocratização do país após 1985 teria iniciado para a “tradição” no Brasil.

Além disso, a ascensão de políticos e governos nascidos no campo das esquerdas, como Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, com ênfase em políticas sociais e inclusivas dos mais pobres e das minorias historicamente marginalizadas, foi encarado como uma lembrança incômoda de que a desigualdade social gritante no Brasil beneficia uma minoria branca em detrimento da maioria esmagadora da população negra e pobre. Daí a comum devolução de acusação de direitistas que convencionaram dizer que “O PT dividiu o Brasil”. A mera sensação de que um país capitalista é dividido em classes sociais separadas entre exploradores e explorados selecionados por um brutal racismo estrutural atinge em cheio a imagem de “pátria como família” que ajuda a estruturar a histórica sacralização da política no país por que essa imagem tem justamente a finalidade precípua de encobrir a estrutura de classes sociais em que se divide a sociedade capitalista e que sustenta os privilégios dos grupos dominantes (LENHARO, 1986, p. 19). Essa dimensão não pode ser perdida de qualquer análise sobre o conceito de “família” no discurso bolsonarista.

O segundo elemento do mito fundador foi denominado por Chauí de “sagração da história”, que se apoia, de um lado, na história teológica providencial, elaborada pela doutrina ortodoxa da Igreja, e, de outro lado, se apoia na história profética herética cristã, isto é, no milenarismo originado do pensamento do abade Joaquim de Fiore. No entanto, a autora ressaltou que no período da Conquista e da colonização, não foi a história providencial eclesiástica que teria predominado entre os navegantes e os evangelizadores, mas a história profética e milenarista do joaquinismo, a doutrina teológica herética medieval de Joaquim de Fiori, uma das leituras danielinas do Apocalipse que teria sido um dos germens da moderna filosofia do progresso (CHAUÍ, 2000, p. 75, DOBRORUKA, 2004, p. 77). Por fim, devemos nos ater à advertência de Alcir Lenharo (1986, P. 169) ao dizer que a imagem religiosa de um ator político diz às massas que sua luta política é algo muito maior e mais complexo do que apenas desejo direto de poder secular.

Em diversos momentos da campanha eleitoral de 2018 Bolsonaro se apresentou e foi apresentado como um “desígnio de Deus”. As representações messiânicas de sua imagem política se desenvolveram paralelamente aos conteúdos que enfatizavam a violência e a intolerância, mas por fim, se fundem. Logo

após a confirmação da vitória de Bolsonaro em 2018 foi feito um rito de oração coletiva em agradecimento a Deus, conduzida pelo pastor e político Magno Malta, no qual o pastor disse que somente com a eleição de Bolsonaro, Deus poderia livrar o Brasil dos “tentáculos do comunismo”. No mesmo evento, o próprio Bolsonaro afirmou que a sua eleição seria um “desígnio de Deus”. (RIVERA; FIDALGO, 2019, p. 95).

A formulação de um mito do salvador, e a adequação de um determinado ator político neste tipo de mitologia política pressupõe um processo de identificação entre o destino individual do ator político e o destino coletivo de uma comunidade, ou a nação, etc. O salvador é visto como o grande intérprete da história de um povo, e portanto, aquele pode guiá-lo em um momento turbulento no curso de sua história. E como intérprete, espécie de “profeta”, o mito salvador se expressa pelo poder do verbo, seu discurso, e não por meio de planilhas e estatísticas, ou teorias e cálculos. O traço mais marcante deste papel político é a elevação do representante político acima da vontade geral da soberania popular celebrada nas democracias constitucionais contemporâneas. Esse tipo de líder só se realiza, e somente se realizam nele seus apoiadores, quando este líder se faz plenipotenciário para liderar sem barreiras legais, sem barganhas políticas, sem ceder um milímetro aos percursos demorados dos processos de tomada de decisão próprios das democracias parlamentares. (GIRARDET, 1987, p. 79-80).

Essa liberação do Poder Executivo dos Poderes Legislativo e Judiciário, não se processa por simples adoração ao mito do salvador. A missão que lhe é atribuída é considerada uma questão de vida ou morte para seus apoiadores. Seu papel é garantir a perpetuidade da comunidade que ele representa, os valores que ele encarna são “os da perenidade, os do patrimônio e os da herança”, evitando mudanças abruptas na história de sua comunidade. (GIRARDET, 1987, p. 91).

Tal liberação para o golpe de Estado, a ditadura e o estado de exceção, que os apoiadores de Bolsonaro representam na expressão “Eu autorizo”, que passou a ser empregada em uma série de manifestações feitas em vários estados do país, ao longo da pandemia, que ficaram conhecidas através da imprensa e da internet como as “manifestações antidemocráticas” em apoio ao presidente Bolsonaro e contra as medidas sanitárias e ao STF (Supremo Tribunal Federal), a Suprema Corte brasileira. As manifestações pediram reiteradamente uma intervenção militar que dissolvesse o Congresso Nacional e destituisse os juízes do STF em favor de um estado de exceção governado por Bolsonaro (CASTANHO; TEIXEIRA, 2021). Os ataques do presidente da República focaram, especialmente, em deslegitimar o processo eleitoral brasileiro e as urnas eletrônicas utilizadas no país há cerca de 20 anos com êxito e segurança praticamente inquestionados por especialistas.

Portanto, durante a pandemia, houve uma série de manifestações antidemocráticas por parte de apoiadores e do por iniciativa do próprio Bolsonaro, que se repetiram em todo o país até seu clímax, no 7 de setembro de 2021, feriado do Dia da Independência no Brasil. Grande parte dos apoiadores do presidente demonstraram nas redes sociais e por outros meios que havia uma grande expectativa de que Bolsonaro utilizaria a data simbólica do imaginário e da identidade nacional brasileira para dar um golpe de Estado, decretar estado de sítio e dar início a um regime de exceção. Em seu discurso a apoiadores, nessa data, o

presidente afirmou que “fala em nome do povo” e que o “Povo vai nos dizer para o Brasil deve ir” (BORGES; CASADO, 2021), transmitindo a ideia de identificação entre o líder político e as massas.

O golpe, como imaginado pelos bolsonaristas, não ocorreu, mas a movimentação e sinalização de uma possível radicalização do regime de direita parece ter sido importante para Bolsonaro conter o desgaste causado pela crise do Covid-19 ao seu governo e manter a mobilização de sua base social de apoiadores. O conceito de liberdade do conservadorismo bolsonarista, que já trazia em si traços de garantia de direitos humanos apenas para o que consideram “humanos direitos”, ganhou um novo significado: a liberdade de se opor à ciência e não se vacinar, nem os filhos, como um direito de “autodeterminação” da família cristã brasileira. (LANÇA, 2021). De outro lado, sobeja nesse campo conservador evangélico de apoiadores bolsonaristas o velho “medo à liberdade” como o descreveu Eric Fromm (1974, p. 114). Diante da sensação de medo e impotência causada pela sociedade de massas no capitalismo, certos grupos e indivíduos tendem a entregar sua liberdade a outras instâncias para reaver, de algum modo, o sentimento de pertencimento coletivo em detrimento das liberdades individuais a princípio celebradas pela democracia liberal. Nesse mecanismo de fuga, é comum a aposta no autoritarismo, na destrutividade e no conformismo que concatenam “sentimentos de inferioridade” e o “desejo de poder”.

Conclusão

Nesse ponto, concordamos plenamente com Girardet (1987, p. 84), quando este afirma que um estudo maior da imagem dos heróis salvadores de uma dada sociedade faria aparecer com mais nitidez os modelos de autoridade intrínsecos dessa sociedade e característicos dela. É necessário compreender esse fenômeno recente da política brasileira apresentado pelo bolsonarismo à luz de uma leitura diacrônica dos conceitos políticos e sociais que estruturam o vocabulário político do bolsonarismo. Esse tipo de leitura da história nos permite perceber melhor aquilo que é mudança e aquilo que é permanência na história política e social do país. As mudanças, exigem, por certo, a reflexão e busca por novos métodos e teorias de interpretação. Mas as permanências, estas sim, exigem o esforço mais laborioso de reflexão sobre a realidade do país. As permanências, em muitos sentidos, nos revelam onde estamos falhando, muito mais do que revelam as “origens” e “destinos” da comunidade nacional.

Outra afirmação que é importante de ser dita: existem forças e atores políticos que se valem de ideais, práticas e expedientes fascistas para atingir o poder hoje. Os meios de produção do conhecimento precisam ser acessíveis e de conhecimento público da sociedade. A participação democrática dos cidadãos na formulação da imprensa e nos objetivos da ciência são pontos fundamentais para a confrontação da “pós-verdade” atual e dos mitos políticos que são estruturantes da vida política brasileira até hoje. Fenômenos como o conspiracionismo e o salvacionismo precisam ser entendidos, mapeados e colocados sob o escrutínio dos analistas sociais e políticos, posto como o problema eminente como se apresenta ao país hoje.

A questão maior que se apresenta nestas análises é a batalha entre paradigmas diferentes de visão e interpretação da realidade. Os diversos processos de construção do conhecimento precisam ser valorizados e solidificados pelo constante escrutínio e desafio perpétuo da crítica. Esse ímpeto deve se voltar também à imprensa, que se constituiu nos últimos séculos como instância privilegiada para a formação da opinião pública. Avaliando rupturas e continuidades na história do Brasil republicano, fica evidente que o espanto diante das falas e da performance de Bolsonaro se dá, em grande medida, em relação ao passado imediato de governos oriundos do campo progressista e em função da frustração dos teóricos da democracia no país, que acreditavam no progressismo como filosofia da história, o que mais uma vez se prova um erro.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BISPO JÚNIOR, José Patrício; SANTOS, Djanilson Barbosa dos. Covid-19 como sindemia: modelo teórico e fundamento para a abordagem abrangente da saúde. *Cadernos de Saúde Pública - Reports in Public Health*, v. 37, n. 10, 2021, pp. 1-14. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1534/covid-19-como-sindemia-modelo-teorico-e-fundamentos-para-a-abordagem-abrangente-em-saude>. Acesso em 13out. 2021.
- BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luiz Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 195-215.
- CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoal fractal. *Revista Antropologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), v. 62 n. 3, 2019, pp. 530-557. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em 29set. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News*. Trad. Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DOBROUKA, Vicente. *História e milenarismo: ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora UnB, 2004.
- FROMM, Eric. *O medo à liberdade*. Trad. Octavio Alves Velho. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Trad. de Deni Alfaro Rubbo; Marcelo Netto Rodrigues, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: GUADALUPE, José Luiz Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, pp. 329-350.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo da Nova República (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 415-445. (Col. O Brasil Republicano, v. 5).

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia*. Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007.

REIS, Fábio Wanderley. Corrupção, Cultura e Ideologia. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp. 328-334.

RIVERA, Paulo Barrera; FIDALGO, Douglas. Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente, *Estudos de Religião*, v. 33, n. 2, pp. 77-99, mai.-ago. 2019.

SILVA, Francisco Carlos. Teixeira da. Redefinindo a Direita. In: _____. MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. (Orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, p. 11-21.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Trad. Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.

VIANNA, Alexander Martins. Conservadorismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, p. 96-98.

Fontes

AOS FATOS. Em 1085 dias como presidente, Bolsonaro deu 4687 declarações falsas ou distorcidas, *Aos Fatos*, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em 22 dez. 2021.

ARREGUY, Juliana. Bolsonaro mentiu 5 vezes e distorceu outras 7 em discurso da ONU, *Uol Confere*, São Paulo, 21/09/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/09/21/mentiras-bolsonaro-discurso-na-onu.htm>. Acesso em: 22 dez. 2021.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Evangélicos têm menos medo de Covid e creem menos em vacinas, aponta Datafolha. *Folha de S. Paulo*, 22/03/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/evangelicos-tem-menos-medo-de-morrer-e-creem-menos-em-vacinas-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 09/10/2021.

BORGES, Laryssa; CASADO, Letícia. Bolsonaro centra discurso contra STF e diz que ‘fala em nome do povo’, *Veja*, 7 set. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-centra-discurso-contra-stf-e-diz-que-fala-em-nome-do-povo/>. Acesso em 14 nov. 2021.

CASTANHO, Fábio de Mello; MARTINS, Leonardo; TEIXEIRA, Lucas Borges. Atos pró-Bolsonaro pelo país têm ataque a lockdown e pedido de intervenção, *Uol*, 01 mai. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/01/protesto-pro-bolsonaro-brasil-1-de-maio-eu-autorizo.htm>. Acesso em 17 nov. 2021.

CARTA CAPITAL. Flávio Bolsonaro diz que principal conselheiro de seu pai é pastor Silas Malafaia. *Carta Capital*, 20/05/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/flavio-bolsonaro-diz-que-principal-conselheiro-de-seu-pai-e-o-pastor-silas-malafaia/>. Acesso em 28 out. 2021.

BOLSONARO, Jair Messias. "As minorias tem que se curvar às maiorias", Campina Grande, fev. 2017, *Amiel Internacional*, 9 nov. 2018, 1:25 min [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6cIkWMKeDhs>. Acesso em 01 out. 2021.

CHAIB, Julia; CARVALHO, Daniel. 'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. *Folha De S. Paulo*, São Paulo, 28 de abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 28 ago. 2020.

FOLHAPRESS. 'Ele me usou como poster boy', diz Olavo de Carvalho, sobre relação com Bolsonaro, *Valor Econômico*, São Paulo, 21/12/2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/12/21/ele-me-usou-como-poster-boy-diz-olavo-de-carvalho-sobre-relacao-com-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 22 dez. 2021.

GOMES, Pedro Henrique. Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto', *GI-Globo*, Brasília, 10/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em 30 ago. 2021.

JARAMILLO, Claudia Marleny. Cómo estasindemia nos cambiólá vida. *Al Día Com La COVID 19*, Antioquia, Universidad de Antioquia, n. 29, 14 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.udea.edu.co/wps/wcm/connect/udea/9fc26287-8f97-4318-a7b6-12e6cc2c396d/Al+D%c3%ada+Con+la+COVID-19+14+de+Octubre.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nlbDviF>. Acesso em 30 set. 2021.

LANÇA, Daniel. Limites éticos à liberdade de não se vacinar, *Veja*, 4 jul. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/limites-eticos-a-liberdade-de-nao-se-vacinar/>. Acesso em 29 ago. 2021.

MILZ, Thomas. Evangélicos fazem coro com Bolsonaro e negam riscos do coronavírus, *Deutsche Welle*, 02/04/2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/evang%C3%A9licos-fazem-coro-com-bolsonaro-e-negam-riscos-do-coronav%C3%ADrus/a-53000050>. Acesso em 30 set. 2021.

OGLOBO. Em dia de jejum convocado por Bolsonaro, religiosos rezam em frente ao Alvorada, *O Globo*, 05/04/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/em-dia-de-jejum-convocado-por-bolsonaro-religiosos-rezam-em-frente-ao-alvorada-24352961>. Acesso em 13 nov. 2021.

O GLOBO. Porta dos Fundos: vídeo mostra ação de criminosos, *O Globo*, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PK7kcCsgET4>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PIRES, Breiller. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon, *El país*, São Paulo, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em 15 set. 2021.

RIBEIRO, Janaína. "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre, *Exame*, 03/09/2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em 17 set. 2021.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Cloroquina ou tubaína? *Le Monde Diplomatique*, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/cloroquina-ou-tubaina/>. Acesso em 7 out. 2021.

Submissão: 29/12/2021

Aceite: 26/07/2022